



TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2023

Cotação Eletrônica

ENQUADRAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Art. 1º, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.412/2018

Art. 24 – É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do art. anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 1º - Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição de 02 (dois) controles remotos de apresentação para uso do CRCPR em eventos de capacitação e apresentações em geral, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

- 2.1. O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, entidade responsável pelo registro e fiscalização do exercício profissional da contabilidade no Estado do Paraná, realiza diversos eventos de capacitação em sua sede, localizada na cidade de Curitiba.
- 2.2. Os eventos de capacitação, organizados na forma de simpósios, cursos, encontros e seminários, tem por finalidade atender às prerrogativas institucionais no sentido de difundir ensinamentos e atualizar conhecimentos a todos os profissionais da contabilidade. Trata-se de atividade de fiscalização preventiva e orientativa, atuando como fator de proteção da sociedade, uma vez que se traduz em prestação de serviços técnicos de maior qualidade pelos profissionais da área.
- 2.3. Nesse sentido, a pretensa contratação visa garantir itens de trabalho mais adequados e modernos para utilização em eventos e apresentações em geral organizados na sede do CRCPR, bem como substituição daqueles apresentadores com mal funcionamento.
- 2.4. O Plano Anual de Contratações de 2023, aprovado pela Deliberação nº 65/2022, previu a contratação objeto do presente termo no item 46, com o objetivo estratégico de assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico para atender as necessidades do Sistema CFC/CRCs.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	<p>CONTROLE REMOTO PARA APRESENTAÇÕES,</p> <p>Controle de apresentação remoto do tipo ponteiro digital</p> <p><u>Alcance da rede de conexão:</u> até 30 metros ou superior <u>Alimentação:</u> bateria recarregável embutida de Li-ion de 85 mAh ou superior <u>Botões:</u> avançar, voltar e acionamento do ponteiro digital, ao menos <u>Compatibilidade:</u> Microsoft Windows e Mac <u>Conectividade:</u> interface USB, bluetooth embutido, wireless 2.4 GHz Luz indicadora de conexão e bateria <u>Ponteiro:</u> digital com escurecimento da tela e realce de pontos específicos, vedada entrega de ponteira laser <u>Sensores:</u> de movimento, acelerômetro 3D e giroscópio <u>Softwares compatíveis:</u> Microsoft Power Point, Google Slides e Prezi <u>Uso:</u> em projetores multimídia e telas de TV</p> <p>Cor: Preto, prata (cinza) ou branco</p> <p>Acompanha cabo de carregamento tipo USB-C original do produto Compatível com aplicativo da própria fabricante para personalização de botões</p> <p>REFERÊNCIA: Apresentador Spotlight Logitech</p>	Unidade	2

3.1. As especificações mencionadas acima são consideradas como mínimas a serem atendidas.

3.2. Os acessórios que acompanham os produtos devem ser aqueles fornecidos pelo próprio fabricante, vedada a substituição por itens similares.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Os itens deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo permitido o fornecimento de item reutilizado e/ou recondicionado.

4.2. Deverá ser indicada a marca e modelo do produto que será entregue, com observância de todas as especificações constantes no item 3 deste Termo de Referência. A utilização de expressões "conforme especificações", "compatível", "diversas", ou outras similares que impeçam a verificação das especificações e julgamento, poderá ensejar a rejeição da proposta pelo CRCPR.

4.3. A Contratada deverá atentar aos prazos legais de garantia dos equipamentos disciplinados no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, art. 26, inciso II, sem prejuízo da reclamação por eventual vício oculto detectado nos materiais fornecidos após esgotados os prazos de garantia.

4.4. Havendo atraso no fornecimento dos materiais, a CONTRATADA será punida na forma da Lei n.º 8.666/93 e a multa ser-lhe-á imposta conforme o disposto no item 13 deste Termo de Referência.

4.5. Em caso de divergência entre as especificações constantes no Portal Comprasnet e aquelas dispostas neste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.

4.6. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias.



4.7. Não será permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

5. DA ENTREGA

5.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, na Sede do CRCPR, localizada na Rua XV de Novembro, nº 2987, Alto da XV, Curitiba-PR, CEP 80045-340.

5.2. Todas as despesas com o fornecimento dos itens, incluído o frete, serão de responsabilidade da Contratada.

6. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. O recebimento e a fiscalização do objeto contratado ficarão sob a responsabilidade dos funcionários Marla Cristina Vasconcellos Moraes, fone (41) 3360-4723 e Mauricio Ostrowski Junior, este último como fiscal substituto.

6.2. A fiscalização será exercida no interesse do CRCPR e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive contra terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público, de conformidade com o art. 70, da lei n.º 8.666/93.

7. CUSTO MÉDIO APURADO

7.1. Da consulta de mercado realizada para aquisição do equipamento mencionado no item 3, o valor médio apurado é o disposto na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	PREÇO MÉDIO TOTAL
1	CONTROLE REMOTO PARA APRESENTAÇÕES	Unidade	2	R\$ 1.137,68
TOTAL				R\$ 1.137,68

8. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A seleção do fornecedor será feita por meio de cotação eletrônica no sistema Comprasnet, procedimento regulamentado por meio da Portaria nº 306, de 13/12/2001 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8.2. O objeto será adjudicado ao fornecedor que apresentar, durante o período da cotação, lance de menor valor e desde que atendidas as especificações listadas no item 3 deste Termo de Referência. Não atendendo as exigências, o CRCPR poderá convocar os demais fornecedores para formalização de proposta, respeitada a ordem de classificação.

8.3. Como condição para adjudicação, o fornecedor deverá ter comprovada sua regularidade fiscal por meio da apresentação das certidões negativas federal, trabalhista e do FGTS, o que poderá ser feito através de consulta ao SICAF.

8.4. O CRCPR poderá anular ou cancelar a cotação eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

8.5. As contratações oriundas da cotação eletrônica serão formalizadas por meio de autorização de fornecimento e emissão da nota de empenho, que será comunicada ao adjudicatário.



- 8.6. O objeto referência poderá ser adquirido com o fornecedor da proposta referência de preço (estimativa), caso seja mais vantajoso para o CRCPR.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos produtos mediante apresentação de nota fiscal/fatura, que será atestada pela Fiscalização de contrato, desde que de acordo com a Autorização de Fornecimento expedida.
- 9.2. Os documentos de cobrança deverão ser apresentados juntamente com as certidões de regularidade junto ao FGTS, Receita Federal do Brasil e Tribunal Superior do Trabalho e, ainda, com comprovante de enquadramento no Simples Nacional, se for o caso.
- 9.3. Nos documentos de cobrança devem constar, quando aplicáveis, as alíquotas de retenção de IR, CSLL, COFINS e PIS, bem como o valor líquido a ser pago descontadas as retenções, conforme Instrução Normativa 1234/2012 da RFB.
- 9.4. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à CONTRATANTE.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas com o objeto deste termo serão custeadas pelo Orçamento Geral do CRCPR para o ano de 2023, projeto nº 5013 – Aquisição de Bens de Consumo, conta de despesa nº 6.3.1.3.01.01.008 – materiais de informática.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CRCPR

- 11.1. Exercer a fiscalização do fornecimento por meio de funcionários do CRCPR especialmente designados para este fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, procedendo ao atesto da respectiva fatura, com as ressalvas que se fizerem necessárias.
- 11.2. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 11.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Termo.
- 11.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos fornecidos se em desacordo com as respectivas especificações.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Fornecer os objetos em estrita observância às especificações presentes neste Termo de referência.
- 12.2. Cumprir os prazos de fornecimento disciplinados neste Termo de Referência.



- 12.3. Levar imediatamente ao conhecimento do CRCPR qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis.
- 12.4. A Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição de material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, independentemente da quantidade rejeitada, sem ônus para o Contratante.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS

- 13.1. Em caso de inadimplemento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita a Contratada às sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
- a) pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
 - b) pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
 - c) pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
 - d) pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
 - e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência ou no pedido de cotação eletrônica de preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- 13.2. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 13.3. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.